



BOLETIM SEMANAL

19 de outubro de 2011

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE

DIA 26

**Todos à CFT:
pressão
será total**

A partir das 9h acompanharemos juntos a reunião da Comissão. Vamos lutar o plenário, congestionar o corredor e fazer muita pressão para que votem o nosso projeto. Se preciso buscaremos os deputados em seus gabinetes, garantindo o quorum.

**Aprovação do
PL 6613:**

Vamos que vamos!

Atenção, servidores: estamos nos aproximando do dia 26 de outubro, data acordada pelos líderes partidários no dia 5 para votar o PL 6613 na Comissão de Finanças e Tributação. Precisamos mergulhar de cabeça nessa mobilização, com a participação de todos para vencer os obstáculos impostos pelo governo e alcançar a votação e aprovação do projeto.

Há rumores de que a base governista vai fazer de tudo para descumprir o acordo, e boatos de que nosso PL não poderá ser votado porque ainda não conseguiu dotação orçamentária na CMO. No entanto, sabemos muito bem que o PL 6613 pode ser votado sem confirmação de recursos, porque o deputado Policarpo apresentou emenda condicionando a concretização do projeto à disponibilidade financeira. Além do mais, o relator de Receitas da LOA-2012, Acir Gurgacz, já disponibilizou em seu relatório recursos extras na ordem de R\$ 26,1 bilhões.

Não podemos deixar que a falta de vontade política do governo obstrua mais uma vez a tramitação do nosso projeto. E nossa principal arma nessa batalha será a pressão. Vamos com tudo para cima dos deputados, exigir que o acordo seja cumprido. Não aceitamos desculpas ou medidas protelatórias.

Para isso, o Sindjus preparou uma verdadeira operação de guerra. Tome nota e participe de todas as etapas da luta pela aprovação do PL 6613 no dia 26. Leve seus colegas de trabalho com você.

DIA 24

**Parlamentares
serão recebidos
no aeroporto**

Durante todo o dia os coordenadores do Sindjus estarão no aeroporto recepcionando os deputados da CFT e CMO, líderes partidários e parlamentares influentes, com banners e cartas pela aprovação do PL 6613. No início do mês esse trabalho foi um dos responsáveis pelo acordo para votar o projeto. Agora a ideia é repeti-lo e intensificá-lo. Marcação total em cima de quem pode influenciar o destino do PL. Os servidores podem ajudar enviando emails e ligando para os gabinetes dos membros da CFT, para que eles compareçam à reunião do dia 26 e viabilizem o quorum, cumprindo o acordo pela votação do projeto (veja lista de telefones em nosso site).

DIA 25

**Grande ato da categoria
na Câmara dos Deputados**

Às 14h os servidores vão ocupar um lugar repleto de significado: o espaço entre os anexos 2 e 4 da Câmara. Foi lá que realizamos atos históricos pelas aprovações dos PCSs passados. Vamos fazer corpo a corpo com os parlamentares, levantar cartazes, entregar cartas e entoar palavras de ordem. Vamos mostrar que os servidores estão unidos em torno de um projeto cuja aprovação trará equiparação salarial com carreiras análogas e diminuirá o abismo social existente entre nós e outros servidores que desenvolvem funções semelhantes as nossas. Vamos com tudo pra cima deles exigir o cumprimento do acordo que trata da votação do PL 6613 no dia 26.



Diretores conversam com João Dado, da CMO: apoio ao PL 6613

VALCIR ARAUJO

Aprovação do relatório da receita pode viabilizar PCCR

Os coordenadores do Sindjus têm realizado um forte trabalho de articulação na CMO. Na tarde de ontem (18) conversaram com os membros da comissão em busca de apoio para a viabilização financeira e orçamentária do PL 6613. Um deles foi o deputado João Dado (foto). Nesta quarta eles acompanharam a reunião da comissão testemunhando a aprovação do relatório da receita para 2012, do senador Acir Gurgacz, que traz um acréscimo de R\$ 26,1 bilhões para 2012.

Foi aprovada também uma errata do relatório da receita, apresentada no fim do dia de ontem, pela qual o relator-geral terá mais R\$ 460,0 milhões para alocar no relatório preliminar. A expectativa é de que esses recursos possam ser usados para atender ao PL 6613.

Com o relatório da receita aprovado, quem poderá definir os recursos para o PL 6613 é o relator-geral da LOA, Arlindo Chinaglia, que deve apresentar seu parecer entre hoje e amanhã. Ele fará uma espécie de redistribuição de recursos para que os relatores setoriais possam trabalhar ajustar distorções orçamentárias nos três Poderes, inclusive no Judiciário.

Segundo Chinaglia, emendas podem ser apresentadas entre 20 e 22/10. No dia 25 o relatório preliminar será votado pela Comissão Mista de Orçamento. "Se tudo correr bem, antes do dia 26 nosso projeto terá a tão aguardada dotação orçamentária, podendo assim, sem qualquer desculpa, ser votado e aprovado na CFT. Vamos acompanhar e pressionar", afirmou o relator do PL 6613, deputado Policarpo.

TST

Em casa de ferreiro espeto é de pau

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou, na noite do dia 11 de outubro, o fim da greve dos servidores dos Correios. Segundo a determinação, os funcionários, que cruzaram os braços por 28 dias, irão repor 21 dias parados e terão sete dias de ponto cortado. De acordo com entendimento do TST, o corte se dá a partir do início das negociações.

O curioso é que no caso dos servidores do Judiciário, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, mandou que cortassem o ponto de todos os dias da greve deflagrada por nossa categoria, retroativo às greves de 2009, 2010 e 2011 sem nem mesmo ter existindo processo de negociação. Ao contrário do que aconteceu com os Correios, não nos foi dada oportunidade de compensação dos serviços. Infelizmente, trata-se da aplicação do velho ditado: em casa de ferreiro, espeto de pau.

É válido lembrar que em dezembro último, Dalazen foi eleito para comandar o TST entre 2011 e 2013. Sua eleição, porém, foi contestada pela Anamatra, que citou a Lei Orgânica da Magistratura, norma que proíbe juízes de exercerem cargos de direção por mais de quatro anos seguidos. Dalazen era vice-presidente do tribunal há dois anos, tendo sido corregedor por igual período. Sua posse só foi possível com liminar do STF.

Considerando a forte campanha desempenhada pela magistratura contra os servidores podemos pensar que essa é a forma encontrada pelo presidente de dizer que há sintonia entre ele e a Anamatra. Não poderemos acreditar nesse tipo de relação. Pedimos ao presidente que mantenha a coerência e reveja a posição adotada por uma questão de justiça.

SINDJUS REPUDIA NOTAS DE MAGISTRADOS

Com a mesma coragem que o transformou em referência de combatividade, o Sindjus, em editorial da nossa revista, respondeu notas produzidas nos últimos dias por associações de magistrados (Ajufe, Anamatra, AMB) que insistem em separar a luta dos juízes da luta dos servidores pela valorização salarial dos quadros do Judiciário.

O editorial (*Até tu, Brutus?*) ataca o corporativismo dos juízes, que, ao contrário de ajudar, só atrapalham a aprovação do PL 6613. Afirma que, assim como os magistrados, os servidores também precisam de recomposição salarial para ter acesso à comida, saúde, educação. E prega a isonomia de tratamento, já que o esforço dos servidores também com-

põe a prestação jurisdicional.

Diz, ainda, que embora muitos magistrados não deem o devido valor ao trabalho dos servidores, todos sentem os efeitos da desvalorização da categoria, com a crescente evasão para carreiras mais atrativas. E lembra que nosso movimento grevista recebe críticas enquanto juízes paralisam serviços e fazem retaliação contra o governo em prol do aumento que reivindicam.

O Sindjus demonstra, dessa forma, que não vai abaixar a cabeça para os magistrados nem aceitar seus chiquetes. E exige para com os servidores o mesmo respeito que dedica à luta dos magistrados. Acesse www.sindjusdf.org.br e leia o texto na íntegra.